

INTERAÇÃO DOS CÓDIGOS VERBAL E NÃO VERBAL NO ATO DE NARRAR INFANTIL: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

INTERACTION OF THE VERBAL AND NONVERBAL CODES IN
NARRATIVE CHILDREN ACT: A PROPOSITION ANALYSIS'S

LÉLIA ERBOLATO MELO
Universidade de São Paulo, Brasil
leliaerbolato@hotmail.com

Este artigo tem como objetivo enfatizar, no ato de narrar infantil, a interação dos códigos verbal e não verbal, enquanto contrapartes inseparáveis, e também a relevância da fonte não verbal para o progresso discursivo. Os resultados são apresentados e discutidos tomando exemplos extraídos de pesquisa.

Palavras-chave: narrativa infantil, comunicação verbal e não verbal

This paper aims to emphasize in narrative children act the interaction of the verbal and nonverbal codes as the inseparable counterparts and also the relevance of nonverbal resource for the discursive. The results are presented and discussed taken examples from undertaken research.

Key words: oral narrative children's, verbal and nonverbal communication

1. INTRODUÇÃO

Presente trabalho dá continuidade ao estudo, de minha autoria, publicado em *Linguística* 25, junho 2011, como resultado parcial de uma pesquisa ampla realizada com crianças de 5, 8 e 10 anos de idade, que frequentam uma escola de São Paulo, no âmbito de um projeto conjunto entre a Universidade de São Paulo/USP (CAPES) e a Universidade de Paris V (COFECUB).

Recibido
20/08/11
Aceptado
04/11/11

Aqui, e ainda dentro deste contexto, o objetivo principal é enfatizar a necessidade de levar em conta, no ato de narrar infantil, a interação dos códigos verbal e não verbal,

enquanto contrapartes inseparáveis, e a relevância da fonte não verbal para o progresso discursivo.

Para Fávero, Andrade e Aquino (2002), dentro da linguística, o gesto ficou marginalizado e, apenas nos últimos tempos, as investigações têm-se preocupado com sua natureza, associando-o à expressão verbal na atividade comunicativa. As autoras lembram também que o início do percurso histórico dos estudos sobre os gestos está ligado à retórica clássica, e caminha no tempo, através da contribuição de alguns autores, na busca de identificação e definição de seu status.

Nesta perspectiva, este trabalho tem como objetivo principal examinar, com base em pesquisa realizada, a articulação entre os códigos verbal e não verbal (= gestos) e paraverbal (prosódico e vocal) na construção conjunta do diálogo (adulto-criança), em situação de narrativa oral. A crença enfatizada é de que a comunicação não pode ser estudada de modo isolado, mas num sistema integrado que deve ser analisado como um todo, em que os elementos (verbal e corporal) se relacionam.

Para Kerbrat-Orecchioni (2006),

[...] se excluirmos da análise das conversações todos os elementos não verbais, seremos, em alguns casos, incapazes de explicar a coerência do diálogo, na medida em que nele, por vezes, intervêm sucessivamente atos verbais e não verbais [...]

(Kerbrat-Orecchioni 2006: 39)

Neste sentido, está sendo admitida a possibilidade de ocorrência de três níveis de comportamento, na situação interativa: verbal, não verbal e paraverbal, além de ela se constituir em um convite para ler o mundo com um olhar plural.

Os liames que mantêm o verbal e o corporal na pesquisa em aquisição de linguagem mostram a necessidade crescente de a organização da comunicação ser em torno desta polaridade. Com base nestes pressupostos, no presente trabalho, a intenção é mostrar a importância destes elementos para o progresso discursivo da comunicação. Quanto à paralinguagem, ela converge para os gestos sonoros, sons onomatopaicos; inclui também os traços paralinguísticos (como o choro...); a postura que o corpo assume pode inclusive, indicar a sincronia interacional. Neste sentido, ela pode indicar também acordo verbal, como atitudes de atenção, desinteresse e intenções.

Levando em conta estas considerações preliminares, analisaremos, de forma não exaustiva, a ocorrência e a função de certos componentes não verbais utilizados na produção de narrativa oral de três crianças, tendo inicialmente como referências teóricas, Scherer (1984), Steinberg (1988), Guiraud (1991), Rector e Trinta (1993), Garitte, Maner e Roch (1998), Hudelot e Josse (1998), Jones (1998), Oliveira (2000). Outros autores serão incorporados, posteriormente, no momento da análise (v. 3.).

Scherer (1984) enfatiza que “os signos não verbais funcionam para exprimir os estados ‘apetitivos’ do emissor, isto é, suas motivações, seus fins ou suas intenções de comportamento”. Para o autor (1984: 89-90), a função reativa se manifesta por signos não verbais, que indicam respostas relativamente curtas e precisas do receptor ao emissor, garantindo-lhe a retroação. Em sua opinião, seriam três os principais tipos de signos reativos não verbais: (1) os signos de atenção: mostram ao falante que o escutamos e lhe prestamos atenção; (2) os signos de compreensão: indicam que compreendemos o que o falante está dizendo; (3) os signos de avaliação das emissões do falante, como os meneios de cabeça, ou o levantar do ombro indicam dúvida, por exemplo. Suas funções dependem mais do psicológico que do sociolinguístico, e a estrutura e o processo da conversação são influenciados pela natureza das expressões e reações não verbais, e pelas deduções que o (a) parceiro (a) interacional pode extrair delas.

Steinberg (1988:10) ressalta que os “gestos são culturalmente determinados, não apenas quanto ao seu maior ou menor emprego, mas também quanto ao espaço utilizado em sua execução”. Na sequência, segundo a autora, um ato não verbal como o gesto pode substituir um ato verbal completamente. A partir desta dicotomia, elabora uma tipologia de gestos referente ao processo de comunicação humana, aos quais denomina de codificados e não codificados. Os primeiros [codificados] são os gestos deliberados, feitos intencionalmente com um significado no ato comunicativo, enquanto os gestos não codificados são os que acompanham a fala e são deliberados, quando empregados para substituir ou reforçar a palavra, variando de cultura para cultura. Para a autora, a paralinguagem é uma espécie de modificação do aparelho fonador, ou mesmo a ausência de atividade desse aparelho, incluindo nesse âmbito todos os sons e ruídos não linguísticos, tais como assobios, sons onomatopaicos, altura exagerada. Os atos

paralinguísticos e cinésicos (= movimentos do corpo), por sua vez, desempenham funções variadas no curso da interação e, de acordo com essas funções, podem ser classificados como lexicais, descritivos, reforçadores, embelezadores e acidentais. A interação verbal admite, portanto, uma estrutura tríplice: linguagem, paralinguagem e cinésica.

Guiraud (1991) apresenta algumas notas introdutórias ao tema em questão, que serão retomadas brevemente a seguir. Para o autor, podemos distinguir diferentes tipos de códigos corporais: (1) os substitutos da linguagem articulada; (2) os auxiliares da linguagem articulada, que deram origem a três disciplinas: a *cinésica* ou estudo dos gestos e mímicas; a *proxêmica* ou estudo das posições do corpo no espaço cultural; a *prosódica* ou estudo das entonações e variações da voz, por meio das quais se exprimem os sentimentos e intenções dos interlocutores. No âmbito da cinésica, que nos interessa mais de perto, o autor admite também três tipos de comunicação: a comunicação descritiva, que compreende os gestos descritivos (descritores, dêiticos e modais); a comunicação expressiva, que se ocupa da expressão dos sentimentos e das emoções; a comunicação simbólica, convencional e relativa à cultura. A partir destes pressupostos, ele ainda distingue, com base na literatura, três desdobramentos para a comunicação: comunicação sem intenção de comunicar; comunicação com intenção de comunicar, mas sem intercâmbio de ideias; comunicação com intenção de comunicar e promover o intercâmbio de ideias (com o uso de dêiticos, descritores...).

Rector e Trinta (1993) admitem que a comunicação do corpo, em grande parte, se faz pelo recurso aos gestos. A palavra 'gesto' provém do latim *gestus* 'maneira de proceder, atitude, movimento expressivo'. Vários autores elaboraram sistemas classificatórios para os signos gestuais. Conforme Rector e Trinta (1993: 60-62), um dos sistemas mais adequados é o de Ekman e Friesen (1969), que agrupam os movimentos corporais conforme o uso, a origem e a categoria. Por uso, entendem-se as circunstâncias ambientais que cercam o ato não verbal. Por origem, entende-se a forma pela qual o comportamento não verbal passa a fazer parte do repertório de cada indivíduo, no sentido de vir a ser fonte de ação. Por categoria, entende-se uma classificação hierarquizada dos comportamentos não verbais propriamente ditos. Os gestos, por sua vez, dividem-se em cinco categorias básicas. 1) Os emblemas são signos que fazem parte da cultura e, portanto, são

aprendidos. 2) Os ilustradores são gestos também aprendidos por imitação. São atos não verbais, que acompanham a fala. 3) Os reguladores são atos não verbais que regulam e mantêm a comunicação entre dois ou mais interlocutores. 4) Os demonstradores de afeto são configurações faciais que demonstram emoções. 5) Os adaptadores são os gestos ligados aos movimentos executores de tarefa.

Garitte, Maner e Roch (1998) realizaram uma pesquisa, em que estudaram a evolução da comunicação gestual, por ocasião de conversas espontâneas, entre pares na faixa etária de 6 e 10 anos de idade. O objetivo era observar o liame que existe entre o gesto da criança e o do adulto. Em suas considerações teóricas gerais, os autores estabelecem algumas diferenças conceituais retidas. A comunicação gestual, isto é, a comunicação que utiliza o canal gestual para transmitir a informação, faz parte da comunicação não verbal. O conjunto dos gestos emitidos por um indivíduo constitui sua gestualidade. Portanto, para eles, existe uma distinção entre *comunicação gestual* e *gestualidade*: “todo movimento faz parte da gestualidade, mas não é necessariamente um gesto que tem um sentido, isto é, que intervém na comunicação”. Lembram que, de acordo com outros autores, para ser um elemento da comunicação gestual, o gesto, seja intencional, ou involuntário, deve ser portador de uma significação. Para eles, todo gesto deve ser estudado em função da situação interativa de sua emissão. Insistem também que as macroanálises analisam o gesto a partir da função que ele ocupa na comunicação e, especialmente, na comunicação verbal. Além disso, ressaltam que é esta concepção que defendem na análise das produções gestuais dos pares de crianças observados na pesquisa. Na conclusão, confirmam que, desde os 6 anos, a comunicação gestual é comparável à do adulto, em situação interativa, face a face.

Hudelot e Josse (1998) estudaram o gesto de apontar em situações que têm como suporte um livro de imagens. Desenvolveram uma pesquisa longitudinal que se inscreve em uma dupla direção: por um lado, a de estabelecer uma comparação das práticas educativas em creche e maternal, e, por outro lado, a de fazer uma reflexão sobre a articulação entre atividades gestuais e condutas linguísticas, em um grupo de crianças pequenas, entre 2 e 3 anos de idade, tendo como foco de interesse o gesto de apontar na situação de leitura de uma imagem. Os autores formulam, então, a hipótese de um desenvolvimento paralelo da comunicação corporal e da comunicação verbal.

Assim, a variação semiológica das condutas verbais é observada sob dois pontos de vista, o da relação da mensagem com o objeto ao qual ele remete e o da linguagem do outro, adulto ou criança. Na análise, são levadas em conta, portanto, as condutas que integram os episódios verbo-gestuais.

Jones (1998) apresenta parte de um estudo longitudinal com duas crianças pequenas em seus primeiros contatos com um livro de imagens. Duas crianças de nove meses, até a idade de sete anos, são filmadas todos os meses, em casa, depois de seus primeiros contatos com um livro com imagens. O objetivo é evidenciar, em uma situação específica, ou seja, a criança diante de um livro com imagens, e em seu meio familiar, os aspectos pertinentes, em relação ao acesso ao livro e à capacidade de ler. Neste trabalho, a autora trata apenas das intervenções “ativas” com crianças de 14 e de 18 meses, em que as intervenções são sob a forma de gesto de apontar ou de vocalização. Conforme Jones, estas crianças têm o hábito, desde os cinco meses, de contemplar com seus pais livros com imagens. Para a autora, na abordagem das dimensões discursivas, dialógicas e individuais da fala, o gesto de apontar tem um interesse particular para quem quer estudar o processo de aquisição da linguagem. Examina alguns aspectos como (a) o grau de participação ativa das crianças; (b) a frequência com a qual o gesto de apontar é utilizado; (c) o lugar do gesto ‘espontâneo’; (d) o papel do gesto ‘resposta’. Quanto à utilização pela criança dos gestos espontâneos, a autora aponta quatro razões principais: a) para introdução do tema; b) para mudança do tema; c) para manutenção do tema; d) para retorno ao tema.

Oliveira (2000), com base em pesquisa realizada, ressalta a importância dos elementos não verbais, como ingredientes constitutivos da dramaturgia e, por extensão, da atividade narrativa. Neste sentido, analisa o desempenho narrativo de uma criança de seis anos de idade, com o objetivo de abordar o aspecto da teatralização no ato de narrar histórias. Além do comportamento não verbal, trata também da narração e representação, e da fala narrativa, do engajamento de voz e corpo. Apoiando-se em alguns autores, descreve estudos sobre estes tópicos. No último tópico, analisa o desempenho narrativo de uma criança de seis anos de idade, contando uma história para o pai. Ao representar o evento em foco, que alude a um filme de terror, a narradora/atriz, marca a sua entrada e saída de cena a partir da conjugação de dois recursos:

a paralinguagem e a postura. Ao finalizar a encenação, diz ‘pronto’. A autora lembra que, embora sua preocupação não tenha sido de registrar em detalhes a postura da narradora, observou que, na encenação da história, o movimento corpóreo associa-se à necessidade vinculada à interação e enunciação que tem o sujeito de se posicionar frente a seu interlocutor. Neste sentido, com base na amostra, identifica, entre outros fatos, doze gestos comunicativos: enfático, dêitico, mímico, apelativo, executor, exibidor, descritivo, desafiador, aprovador, lexical, contraditório e afetivo. Conclui sua exposição lembrando que não há dúvida de que o comportamento verbal e o comportamento não verbal atuam paralelamente na interação narrativa, e são produzidos de acordo com os propósitos comunicativos e as expectativas daqueles que participam do evento.

Concluindo esta exposição introdutória, observamos que os autores selecionados colocam questões, descrevem pesquisas, e, com isso, abrem outros caminhos, seja com resultados obtidos, ou propondo teorias sobre o desenvolvimento da comunicação. Desta forma, a diversidade das abordagens contribui como fio condutor dominante para investigações futuras, sobretudo, nos campos da Linguística, da Psicolinguística, da Psicologia e da Fonoaudiologia.

2. MÉTODO

Na descrição deste item, retomaremos apenas os aspectos essenciais do texto publicado em *Linguística 25* (Melo 2011)

Para a apresentação do presente trabalho, selecionamos três sujeitos de, respectivamente, 5, 8 e 10 anos de idade. Estes dados foram transcritos segundo as convenções utilizadas por Preti e Urbano (1990), em que as ocorrências dos elementos não verbais e paraverbais estão destacadas em *itálico*. O material de apoio utilizado é a história “A pedra no caminho” (Furnari, 1988: 14-15), constituída de cinco imagens, sem texto, ‘conta’ o mal-entendido entre duas personagens. São dois os tipos de eventos codificados da história: (a) eventos-chave: tropeção; empurrão, contraempurrão; apontar a pedra; reconciliação; (b) eventos secundários: saudação; queda; choro.



A experiência em questão se desenvolveu em três tempos e em duas etapas de visualização das imagens da história: uma após a outra na tela do computador e em conjunto. Além disso, a produção da narrativa da criança foi examinada em três situações: (a) narrativa antes da tutela do adulto; (b) narrativa com a tutela do adulto; (c) narrativa após a tutela do adulto. Nesta exposição, nos detemos na etapa da tutela regulada pelo adulto, com a intenção de mostrar, sobretudo, a parceria entre os interlocutores no jogo de linguagem, e a importância de uma análise integrada do verbal e do não verbal no ato de narrar.

3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O objetivo específico, neste tópico, é priorizar, no reconhecimento e rememoração das imagens, a dicotomia entre função representativa e função simbólica, o olhar do sujeito, enquanto espectador, e, especialmente, os efeitos dos sinais reativos não verbais na comunicação verbal. O propósito é mostrar também que o processo comunicativo é marcado pelas trocas de conteúdos, de conhecimentos, ou de informações entre os parceiros da interação, bem como identificar os estados internos (físico, emocional, intencional e epistêmico) das personagens no interior de uma explicação. Que a comunicação, enfim, é um aprendizado constante de acordos e de negociações, não somente a partir de conteúdos estabelecidos, mas de formatos propostos.

1 (MTR, 5 a. 5 m.)

P1: então me conta

MTR1: é ::::... outro menino...

P2: uhn::::...

MTR2: encontrô/ o outro... depois o amigo dele ficou bravo e empurrô/ele...

P3: entendi... escuta por que ele empurrou o amigo?

MTR3: porque o amigo queria brincá de outra coisa e... quando ele... o outro queria brincá/ de outra coisa... ele queria dar uma pedrada na cabeça

P4 entendi e daí o que aconteceu?

MTR4: daí ::::... o amigo pegô/ ele ... aí ele ficô/ajoelhado e pediu desculpas

P5: quem ficou ajoelhado?

MTR5: ((*silêncio*)) i...é...o::::... ((*tá bom*))... o outro amigo....aquele que não empurrô/ o outro

P6: entendi

MTR6: *esse de cá* ((gesto)) ele empurrô/ o outro

P7: entendi

MTR7 caiu.... e o outro empurrô/ o outro... ele queria dá/ uma pedrada

P8: ah:::

MTR8: ((*silêncio*)) ((*chorô*))/ e daí... ele ficou amigo

**Comentário.* Este exemplo é interessante, na medida em que mostra a expressão precoce de estados internos da personagem no interior de uma explicação. (MTR2, MTR3 e MTR7). Assim, inicialmente, observamos na fala do sujeito a atribuição de uma crença de natureza emocional de MTR2 (‘...depois o amigo dele ficou bravo e empurrô ele...’). A seguir, na tentativa de fazer um encadeamento discursivo entre as falas (MTR2 e MTR3), o sujeito não só justifica a ação de empurrar como atribui uma crença de natureza física (‘... ele queria dar uma pedrada na cabeça’). Ao dar prosseguimento à sua explicação, o sujeito (MTR4) surpreende o espectador com o recurso da postura corporal (‘... aí ele ficô/ajoelhado’) articulado ao pedido de reconciliação (‘e pediu desculpas’). Prosseguindo, o silêncio de MTR5 precede o início da fala, e propicia a oportunidade a outros signos ou códigos de se evidenciarem no processo da comunicação. Trata-se da manifestação de aprovação com conotação apelativa “tá bom”, que pode significar hesitação ou planejamento verbal do sujeito sobre o que deve dizer para esclarecer, afinal, quem praticou a ação de empurrar (Oliveira, 1994). Na sequência, a manifestação reiterativa de entendimento, por parte do interlocutor adulto (P6 e P7) favorece a articulação entre as falas do sujeito (MTR6 e MTR7)), levando-o a recorrer, respectivamente, ao uso do gesto comunicativo ilustrativo (“esse de cá”), à citação da ocorrência de uma queda e do desejo de “dar uma pedrada”, como uma consequência do empurrão dado pelo amigo. Como fecho da situação, o sujeito MTR8, ao utilizar os recursos expressivos do silêncio, do uso do operador típico da narrativa (e daí’), do elemento paralinguístico (“chorô”) e da reconciliação (“ele ficou amigo”) mostra claramente sua intenção de manter a comunicação com o interlocutor adulto.

2 (VIG, 8 a. 8 m.)

P1: certo ... deixa eu ver se entendi ... eram dois meninos que estavam ... indo falá/ oi ... aí um tropeçô/ numa pedra e caiu em cima do outro ... é isso que aconteceu?

VIG1: ((sem imagem)) é mas ele *caiu assim* ((gesto de cair)) aí ele tipo:::...
aí depois o outro menino ...

P2 : tipo assim ... como assim?

VIG2: tipo ... ele foi *caindo assim* e *fez assim* ((gesto de cair))

P3: aí quando ele fez assim o que aconteceu?

VIG3: aí ele pegô/ no menino

P4: e aí quando ele pegô/ no menino ... o que que aconteceu?

VIG4: o outro menino que atropaçô/ na pedra ... outro que caiu () ele empurrô/
aí bateu na pedra

P5: então aí ...

VIG5: aí depois ele ajudô/ ele a levantá/

P6: então o outro menino empurrô/ ele ... e aí quando ele empurrô/ ele ... é:::...
o que aconteceu com ele?

VIG6: bateu na pedra ... aí o menino bateu na pedra e depois o outro ... o
menino que empurrô/ ele que bateu na pedra ... ajudô/ ele a levantá/

**Comentário.* A tutela reflexiva insistente do adulto, no início da interação, sobre a razão da queda de uma dos meninos, contribuiu para o envolvimento inicial do sujeito (VIG1) na situação, graças à integração dos códigos verbal e não verbal, na encenação ou teatralização do evento, através do uso de recurso cênico (“gesto de cair”), em VIG1 e VIG2. A postura que o corpo assume, nas duas falas, leva em consideração dois componentes: a situação e a informação, além de indicar também um acordo verbal, na sincronia interacional. A seguir, notamos a ocorrência da tutela reflexiva (P3 e P4), quando o interlocutor adulto, ao insistir na questão do que havia acontecido, conduz o sujeito (VIG3) a esclarecer brevemente o que havia acontecido e, em seguida, o estimula (VIG4) a manter a agilidade na narrativa, graças à recorrência da relação sucessiva de causa-consequência (“atropaçô na pedra/outro que caiu; ele empurrô/aí bateu na pedra”), confirmando que existe uma correlação entre argumentação e explicação, conforme foi assinalado em nosso texto anterior (Melo 2011). Na sequência, o interlocutor adulto (P5), na tentativa de dar continuidade ao fluxo narrativo (“então aí”), leva o sujeito (VIG5) a adotar uma atitude de reconciliação (“aí depois ele ajudô/ele a levantá”). No entanto, o sujeito (VIG6), que havia esgotado seu repertório argumentativo, não consegue justificar a razão pela qual o menino “bateu na pedra”, e retoma sua fala anterior, através de uma repetição ou retomada meramente reiterativa (Vion, 1992) da atitude de reconciliação (“ajudô/ ele a levantá”), já registrada em VIG5.

3 (GAL, 10 a. 2 m.)

P1: *tá certo ... então deixa eu ver se eu entendi a tua história... eram dois meninos*

GAL1: um falô/ aí pro outro ... um menino caiu ... é:::... atropaçô/ na pedra e bateu a mão no outro ... e outro caiu

P2: *e aí ... quando aconteceu isso?*

GAL2: dáí o outro ... pensando que foi por querê ... bateu no outro de volta e dáí depois ... que ele bateu ...((*ele aponta para a pedra*)) ... e falô que

ele caiu e empurrô ele sem querê/ na pedra ... e daí o menino falô ... ai desculpa ... e levantô/ o outro e pediu desculpa

P3: o que aconteceu quando ele caiu?

GAL3: quando ele caiu?

P4: é

GAL4: ele tropeçou

P5: *ai ele caiu ... e aconteceu o quê quando ele caiu*

GAL5: *ele esbarrou no outro ... e o outro caiu*

**Comentário.* Como dissemos anteriormente, nosso interesse é observar o desenvolvimento das capacidades do sujeito para narrar uma história a partir da visualização de uma série de cinco imagens. Neste exemplo, o foco de atenção converge para uma atitude avaliativa da capacidade do sujeito de exprimir dois pontos de vista diferentes sobre uma mesma realidade. Para Olson (1997: 251),

[...] o fato de que as crianças pequenas entendem que podem existir falsas crenças, assim como o engano, indica que compreendem até certo ponto o papel desempenhado por certos estados mentais, como as crenças e as intenções, na ação e na comunicação.

(Olson 1997: 251)

Inicialmente, o sujeito (GAL1) dá prosseguimento à fala de aquecimento do interlocutor adulto (P1) [... eram dois meninos], recorrendo ao encadeamento discursivo. Assim, a partir da tutela reflexiva inicial do adulto, surge na narrativa da criança a manifestação de “falsa crença” e de “retificação de falsa crença” (Veneziano e Hudelot, 2006: 122), ou seja, o sujeito (GAL2) narra o acontecimento em dois movimentos discursivos aparentemente diferentes, mas interligados entre si, que caracterizam duas versões distintas do mesmo fato. Esclarecendo melhor: o sujeito narrador exprime, ao mesmo tempo, o ponto de vista de duas personagens sobre o mesmo acontecimento, um como sendo acidental, e outro intencional.

Na primeira versão, entre outros elementos, constatamos também que o sujeito utiliza o recurso retórico da repetição (“bateu...bateu”) e do evento-chave da narrativa – o gesto de “apontar a pedra” (GAL2), seguido de um comentário verbal (Hudelot e Josse, 1998), a fim de justificar a razão da ‘queda’ e do ‘empurrão’. O gesto de apontar com o dedo, neste caso, além de ter uma função referencial de escuta, ou de atenção conjunta, em relação ao interlocutor (P2), foi utilizado por iniciativa da criança (Cosnier e Brossard, 1984). Além disso,

o uso do recurso cênico do gesto de apontar não somente ilustra a narração, como mostra a participação ativa do sujeito no processo de interação. Podemos inferir também que a voz e o corpo constituem seu equipamento expressivo, uma vez que imprimem realidade no que está sendo narrado. A busca de uma confirmação reiterativa do sujeito (GAL3), em sintonia com as colocações de P3 e P4 fazem com que GAL4 se manifeste (“ele tropeçou”) e GAL5 construa uma relação de causa/consequência (“ele esbarrou no outro... e o outro caiu”), ampliando seu universo discursivo, como resposta ao pedido enfático de P5. Enfim, os fatos assinalados, até agora, confirmam que os comportamentos tanto verbal como não verbal atuam paralelamente na interação narrativa, de acordo com os propósitos comunicativos e as expectativas dos participantes do evento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, a articulação entre o discurso interior (intenções e crenças) com o discurso dialógico (entre adulto e criança, em situação de narrativa) nos permite destacar dois aspectos importantes: o funcionamento, nos atos comunicativos, do código verbal e do código não verbal como contrapartes que não devem ser dissociadas, no momento da narração e da representação, e a relevância dos recursos não verbais como ingredientes complementares da dramaticidade na atividade narrativa. O que se verifica, então, é que na conjugação, ou na alternância, dos dois códigos, voz e corpo não só reforçam a encenação do evento narrado, como criam expectativas na audiência.

Outro fato digno de registro é que, quando o narrador imprime uma conotação de teatralização ao fato narrado, ele recorre ao uso dos gestos comunicativos, ou mesmo do elemento paralinguístico (MTR5 e MTR8), a fim de manter a sincronização interacional e/ou a produção conjugada do comportamento verbal e não verbal.

A partir dos dados coletados, identificamos quatro tipos de gestos:

- a) *enfático* – acompanha a palavra para enfatizá-la (VIG1 e VIG2)
- b) *dêitico* – aponta para algo ou alguém (GAL2)
- c) *apelativo* – para chamar a atenção de alguém (MTR5)
- d) *descritivo* – é ilustrativo por natureza, de algo ou de alguém (MTR6).

Paralelamente, observamos também a tendência de utilização pelos três sujeitos dos gestos espontâneos, conforme Jones (1988):

- i) para introdução e mudança do tema (GAL)
- ii) para manutenção e retorno ao tema (VIG)
- iii) para retorno ao tema (MTR)

Em concordância com Abecassis (1973), constatamos também que a criança, na medida em que avança em idade, é menos expressiva pelo corpo, e mais verbalmente.

Além disso, os exemplos apresentados nos remetem às quatro funções dos sinais não verbais, apontadas por Scherer e Wallbott (1985): semântica, sintática, pragmática e dialógica, como tendo um papel importante durante a narração.

- A função semântica, quando ela ocorre em substituição à linguagem verbal (= gestos dêiticos) ou concomitantemente aos sinais verbais.
- A função sintática os sinais não verbais que ajudam a ordenar a sequência ou a ocorrência tanto do comportamento verbal quanto do não verbal.
- A função pragmática do comportamento não verbal está relacionada à manifestação dos aspectos de identidade social (postura do narrador e da audiência), de características pessoais, de estados psicológicos, e também da sinalização das reações da audiência frente ao conteúdo dos enunciados produzidos pelo narrador.
- A função dialógica dos sinais não verbais diz respeito ao relacionamento social dos participantes na atividade narrativa.

Enfim, fica o desafio para que o estudo das correlações entre a expressividade gestual e a linguageira, na sincronização interacional, seja aprofundado, tanto do ponto de vista da comunicação, como de sua significação funcional na transmissão da informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abecassis, Janine. 1973. A propos de la communication non-verbale chez l'enfant d'âge pré-scolaire: étude de certains aspects de la communication gestuelle. *Bulletin de psychologie*, 304: 506-512.
- Cosnier, Jacques e Alain Brossard (dir.).1984. *La communication non verbale*. Neuchâtel/Paris, Delachaux et Niestlé.

- Ekman, Paul e Wallace Friesen. 1969. The repertoire of non verbal behavior: categories, origins, usage and coding. *Semiotica*, 1: 49-98.
- Fávero, Leonor Lopes; Maria Lúcia C. V. de O. Andrade e Aquino e Zilda Gaspar Oliveira de Aquino. 2002. O jogo interacional e a gestualidade nas entrevistas de televisão, em Kazue Saito Monteiro de Barros (org.). *Atividades de interação verbal: estratégias e organização*, Recife, Imprensa Universitária UFPE: 51-68.
- Furnari, Eva. 1988. A pedra no caminho, em *Esconde-esconde*. 4ª ed. São Paulo, Ática, 14-15.
- Garitte, Catherine, G. Le Maner e G. Le Roch. 1998. La communication gestuelle dans une situation conversationnelle entre pairs du même âge de 6 à 10 ans. *CALaP*, 18: 71-89.
- Guiraud, Pierre. 1991. *A linguagem do corpo*. São Paulo, Ática. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira.
- Hudelot, Christian e Denise Josse. 1998. Gestes indicatifs dans une situation de lecture d'image: Petits groupes d'enfants de 2-3 ans. *CALaP*, 18: 9-25.
- Jones, Rhian. 1998. Discuter avant de parler? Le geste de pointage enfantin en situation de livres d'images. *CALaP*, 18: 27-49.
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine. 2006. *Análise da conversação: princípios e métodos*, São Paulo, Parábola. Tradução de Carlos Piovezani Filho.
- Melo, Lélia Erbolato. 2011. Aspectos linguísticos e discursivos em narrativa oral infantil: Algumas reflexões. *Linguística* 25, junho 2011: 92-110.
- Oliveira, Maria do Socorro. 2000. A teatralização no ato de narrar. *Revista da ANPOLL*, 9, São Paulo, Humanitas: 87-118.
- Olson, David R. 1997. *O mundo no papel. As leituras conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*, São Paulo, Ática. Tradução de Sérgio Bath.
- Preti, Dino e Hudinilson Urbano (orgs.), 1990. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, São Paulo, T.A. Queiroz/FAPESP.
- Rector, Monica e Aluizio Ramos Trinta. 1993. *Comunicação do corpo*. 2ª ed. São Paulo, Ática.
- Scherer, Klaus. 1984. Les fonctions des signes non verbaux dans la conversation. J. Cosnier e A. Brossard (dir.). *La communication non verbale*, Neuchâtel/Paris, Delachaux et Niestlé.
- Scherer, Klaus e Harald Wallbott. 1985. Analysis of nonverbal behavior, em T.A. Van Dijk (ed.). *Handbook of discourse analysis*, v.2, London, Academic Press.
- Steinberg, Martha. 1988. *Os elementos não-verbais da conversação*, São Paulo, Atual.
- Veneziano, Edy e Christian Hudelot. 2006. États internes, fausse croyance et explication dans les récits: effets de l'étayage chez les enfants de 4 à 12 ans. *Langage et l'Homme*, 41 (2): 117-138.
- Vion, Robert. 1992. *La communication verbale*, Paris, Hachette.